

**LEVANTAMENTO NACIONAL DE
PLANOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS
PELA PRIMEIRA INFÂNCIA**

RELATÓRIO DE ANÁLISE DESCRITIVA

2026

Levantamento Nacional de Planos pela Primeira Infância

APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar uma análise descritiva dos dados coletados no âmbito do Levantamento Nacional de Planos Estaduais e Municipais pela Primeira Infância, realizado entre março e maio de 2026.

O Levantamento consistiu no envio de formulários a estados e municípios com questões relacionadas à existência e vigência de Plano pela Primeira Infância, presença de comitê intersetorial, entre outras. A iniciativa resultou na participação de 22 estados e 5.106 municípios.

METODOLOGIA

Para a realização do Levantamento, foram utilizados dois meios de coleta de dados, um para os estados e outro para os municípios. No caso dos estados, o formulário foi enviado pelo Google Forms, enquanto o dos municípios foi disponibilizado no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC) do Ministério da Educação. Cada sistema resultou em uma planilha específica de respostas.

Tendo em vista que o formulário no Google Forms era aberto e não exigia informação específica para acesso, diferentemente do SIMEC que está vinculado ao CPF da(o) prefeita(o), alguns estados tiveram mais de uma resposta registrada. Assim, dentre os 22 estados respondentes, 13 apresentaram mais de um registro, em razão de alguns municípios terem respondido ao formulário dos estados, ao invés de utilizarem o SIMEC.

Diante desse cenário, foram analisadas as respostas vinculadas a esses 13 estados, com o objetivo de identificar quais registros correspondiam efetivamente aos estados e quais eram de municípios. Um dos critérios utilizados foi a identificação do órgão respondente, a partir da verificação das respostas de campo aberto em que havia o nome da secretaria que preencheu o formulário. Nos casos em que não foi possível identificar se o órgão respondente pertencia à esfera estadual ou municipal, foi considerada a

resposta mais recente e que continha informações que possibilitam realizar contato posterior com os respectivos órgãos, a fim de confirmar as informações registradas. Os estados mencionados foram: Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

A análise também permitiu identificar 5 municípios que responderam ao formulário destinado aos estados. Dentre eles, 2 (Presidente Kennedy/ES; Alcantil/PB) responderam apenas por esse meio, enquanto 3 (Entre Rios/BA; Rolante/RS e Onda Verde/SP) responderam tanto ao formulário dos estados quanto ao disponibilizado no SIMEC. Nesse último caso, foram consideradas válidas as respostas registradas no formulário dos estados, por serem as mais recentes.

PLANOS ESTADUAIS PELA PRIMEIRA INFÂNCIA – PEPI

O Levantamento contou com 22 estados respondentes e desse total, 12 informaram possuir PEPI em vigência, 7 não possuem, mas o PEPI está em elaboração, e 3 não possuem PEPI e não está em elaboração.

Estados respondentes

Resposta	Estados	Nº
Possuem PEPI em vigência	Acre, Alagoas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Sergipe	12
Não possuem, mas o PEPI está em elaboração	Bahia, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo	7
Não possuem PEPI e não está em elaboração	Amazonas, Mato Grosso, Rio Grande do Norte	3
Total		22

Dos 12 estados com PEPI em vigência, 6 informaram que os planos estão em processo de revisão ou atualização para adequação à Política Nacional Integrada da

Primeira Infância, 1 está em revisão por outro motivo e 5 informaram que os planos não estão em revisão.

Dos 22 estados, 16 informaram possuir Comitê Intersetorial, e dentre esses, a maioria tem como unidade gestora secretarias da área de assistência ou desenvolvimento social. Em 14 estados, o Comitê está em funcionamento, com reuniões regulares. Entre o total de estados respondentes, 18 destinam recursos específicos para a primeira infância no PPA, e 11 que possuem programas, estratégias ou ações específicas voltadas ao apoio aos municípios para a implementação da PNPI.

Respostas	
Processo de revisão ou atualização para adequação à PNPI	6
Comitê Intersetorial	16
Comitê Intersetorial em funcionamento	14
Destinação de recursos específicos no PPA	18
Iniciativa de apoio aos municípios implementação da PNPI	11

PLANOS MUNICIPAIS PELA PRIMEIRA INFÂNCIA – PMPI

O Levantamento contou com a participação de 5.106 municípios de todos os estados. Desses, 1.836 responderam possuir PMPI, em vigência ou com vigência vencida.

Entre as regiões brasileiras, o Nordeste apresenta a maior porcentagem de municípios com PMPI, com 58,6%, seguido pelo Norte, com 48%. A região Sul é a que apresenta a menor porcentagem de municípios com PMPI, com 9,1%.

PMPI por região

Região	Possui PMPI	%
Norte	180	48%
Nordeste	963	58,6%
Centro-Oeste	161	38,3%
Sudeste	433	27,5%

Sul	99	9,1%
Total	1.836	

Dos 3.270 municípios que responderam não possuir PMPI, 1.123 informaram que o plano está em elaboração, enquanto 2.147 registraram que não está.

PMPI por região

Região	PMPI em elaboração	Não há PMPI em elaboração
Região Norte	37%	15%
Região Nordeste	29%	12%
Centro-Oeste	44%	18%
Sudeste	53%	19%
Sul	47%	44%

Dentre os estados, AC, AL, CE e RR tiveram adesão total dos municípios. Em MS, apenas um município não respondeu.

Considerando os respondentes, 100% dos municípios de MS possuem PMPI, e 98,4% e 93,3% dos municípios de CE e RR, respectivamente, também possuem. Os três estados da região Sul (RS, PR e SC) são os que apresentam a menor porcentagem de municípios com PMPI, sendo 11,3%, 9,5% e 5,2%, respectivamente.

PMPI por município

Estado	Responderam	Possuem PMPI	Não possuem	% possui
AC	22	8	14	36,4%
AL	102	62	40	60,8%
AM	53	18	35	34,0%
AP	4	3	1	75,0%
BA	344	79	265	23,0%
CE	184	181	3	98,4%
ES	60	34	26	56,7%
GO	219	57	162	26,0%
MA	205	123	82	60,0%

MG	806	106	700	13,2%
MS	78	78	0	100,0%
MT	123	26	97	21,1%
PA	139	66	73	47,5%
PB	208	145	63	69,7%
PE	179	124	55	69,3%
PI	185	103	82	55,7%
PR	369	35	334	9,5%
RJ	71	29	42	40,8%
RN	162	97	65	59,9%
RO	50	20	30	40,0%
RR	15	14	1	93,3%
RS	433	49	384	11,3%
SC	290	15	275	5,2%
SE	74	49	25	66,2%
SP	639	264	375	41,3%
TO	92	51	41	55,4%

Dentre os 5.106 municípios que responderam ao formulário, 2.532 (50%) informaram possuir Comitê Intersectorial de Coordenação da Política Municipal Integrada da Primeira Infância. A maior parte desses municípios (43%) possui comitê instituído por lei municipal, seguida por 29% na situação de institucionalização por portaria municipal.

Comitê Intersectorial de Coordenação da Política Municipal Integrada da Primeira Infância

Situação de institucionalização	Nº	%
Instituído por lei municipal	99	4%
Instituído por decreto municipal	1.098	43%
Instituído por portaria municipal	727	29%
Instituído sem ato normativo formal	608	24%

A unidade gestora da maioria dos comitês intersectoriais instituídos nos municípios está localizada em secretarias da área de assistência ou desenvolvimento social, correspondendo a 42,7%, seguida da secretaria de educação, 35,6%. Outras instâncias

informadas foram gabinete do(a) prefeito(a), secretaria de governo, gestão ou administração, entre outras.

Unidade gestora do Comitê Intersetorial de Coordenação da Política Municipal Integrada da Primeira Infância

Instância	Nº	%
Secretaria de Assistência Social	1081	42,7%
Secretaria de Educação	902	35,6%
Gabinete do(a) Prefeito(a)	300	11,8%
Secretaria de Governo/Gestão/Administração	56	2,2%
Outras instâncias	156	6,2%

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados neste relatório oferecem um panorama sobre a situação dos Planos Estaduais e Municipais pela Primeira Infância no país e sobre aspectos relacionados à governança intersetorial para a implementação da Política Nacional Integrada da Primeira Infância